



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGURO AERONÁUTICO

JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os requisitos e especificações técnicas para a contratação de Seguro para frota de Aeronaves de Asas Rotativas – Helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sejam de sua propriedade ou posse, sejam operadas mediante convênio, pela Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas-SAOA, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro-CBMERJ, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro-PMERJ, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro-PCERJ e Secretaria de Estado de Saúde - SES para emprego nas missões de transporte executivo, missões de segurança pública, missões de defesa civil e missões administrativas.

O seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas nas condições Gerais, Especiais e Particulares regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), constantes em todo contrato de seguro firmado no Brasil. Tais contratos que visam a cumprir o disposto no Código Brasileiro Aeronáutico, Lei nº 7.565, de 1986, em seu Capítulo VI - Das Garantias de Responsabilidade, principalmente os artigos 281 e 283, e no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 47, que regulamenta o funcionamento e atividades do Sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) – que estabelece que toda aeronave, independente de sua operação ou utilização, deve possuir cobertura de seguro de responsabilidade civil correspondente à sua categoria de registro, sendo que a expedição do certificado de aeronavegabilidade só ocorre diante da apresentação do certificado de seguro. Ademais, verifica-se que pelo valor agregado dos bens públicos utilizados no desenvolvimento das ações aéreas de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

segurança pública, socorro, combate a incêndios e defesa civil a contratação de seguro que garanta a reposição do patrimônio com agilidade e nas melhores condições possíveis encontra-se amparada nas melhores técnicas de gestão e proteção ao Erário.

Diante destas considerações torna-se extremamente recomendável a contratação do seguro Casco, além da contratação adicional das cláusulas de Guerra, Sequestro, Confisco e de Responsabilidade Civil à 2º Risco (L.U.C. - Limite Único Combinado).

Desta feita, verifica-se a necessidade de empresa seguradora no ramo aeronáutico para garantia de CASCO incluindo as garantias adicionais supra mencionadas, e R.E.T.A para as aeronaves operadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tanto para cumprimento da legislação aeronáutica quanto para resguardar o patrimônio da administração pública.

1- OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de seguro na modalidade R.E.T.A., CASCO (GUERRA, SEQUESTRO E CONFISCO) E LUC, para frota de aeronaves do tipo Helicóptero do Governo do Estado do Rio de Janeiro que estão relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência bem como outras aeronaves que sejam incluídas durante a vigência do contrato , sejam de sua propriedade ou posse, sejam operadas mediante convênio, pela Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas-SAOA, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro-CBMERJ, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro-PMERJ, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro-PCERJ e Secretaria de Estado de Saúde-SES para emprego nas missões de transporte executivo, missões de segurança pública, missões de defesa civil e missões administrativas conforme abaixo:

1.2 Voos Executivos: Transporte de autoridades federais, estaduais e municipais, transporte de autoridades e/ou representantes internacionais quando de visita ao nosso Estado, operações em locais restritos, pousos e decolagens em locais não preparados,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

em conformidade com as normas contidas no Decreto nº 44.310 de 02 de agosto de 2013.

1.3 Missões de Segurança Pública: Operação aeropolicial, transporte de tropas para repressão e/ou combate da prática de delitos, transporte de tropas para repressão de motins e/ou rebeliões em unidades carcerárias, transporte de tropas para manutenção da ordem pública (manifestações diversas), monitoramento fotográfico e por fotos, voo a baixa altura, operações em locais restritos, pousos e decolagens em locais não preparados.

1.4 Missões de Defesa Civil: Remoção aeromédica, transporte de órgãos vitais, salvamento no mar com emprego de puçá, resgate de acidentados em locais de difícil acesso, resgate de acidentados em montanhas com emprego de maca de montanha, resgate de acidentados em florestas, resgate de vítimas em áreas atingidas por enchentes, resgate de vítimas em áreas atingidas por deslizamentos, monitoramento fotográfico, prevenção e combate direto e indireto a incêndios florestais com emprego de bambi bucket, voos com carga externa usando gancho e guincho, voo a baixa altura, operações em locais restritos, pousos e decolagens em locais não preparados.

1.5 Missões Administrativas: Voos de manutenção e ensaio, voos de treinamento, voos de instrução e de avaliação prática de pilotagem (cheque e recheque).

2- DO OBJETIVO DO SEGURO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de seguro aeronáutico, nas modalidades **R.E.T.A., CASCO** ou célula (seguro total), motor, acessórios, equipamentos obrigatórios da aeronave, em casos de guerra, sequestro e confisco, e de Limite Único Combinado – **LUC**, da frota de aeronaves de asas rotativas - helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, **que garanta a reposição do patrimônio público estadual com agilidade e nas melhores condições possíveis, no caso de sinistro**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

aeronáutico, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo, levando-se em consideração o menor preço global.

2.2 – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE DO EXPLORADOR E TRANSPORTADOR AÉREO – R.E.T.A.

2.2.1 O serviço de seguro R.E.T.A.¹ compreende o seguro obrigatório de Responsabilidade do Explorador do Transporte Aéreo e deverá abranger as classes 1 (um) para passageiros e respectivas bagagens de mão, 2 (dois) para tripulantes, 3 (três) para pessoas e bens no solo e 4 (quatro) para danos por colisão e/ou abaloamento, tendo seus valores em conformidade com os valores estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

2.2.2 Para fins de cumprimento dos requisitos legais, em especial do previsto no RBHA 91.203(a)(4)(i), deverá ser emitido certificado individual de seguro R.E.T.A. para cada aeronave objeto deste certame.

2.2.3 Os limites para contratação e valores do seguro de Responsabilidade Civil a 1º Risco – R.E.T.A. deverão atender à legislação vigente, com atualização anual.

2.3- DO SEGURO DE CASCO (“AVIATION HULL INSURANCE”)

2.3.1 A Contratação de Serviço de Seguro do Ramo Aeronáutico, tipo CASCO, para as aeronaves objeto do presente Termo de Referência deverá incluir a cobertura referente aos danos materiais ocasionados à estrutura de casco da aeronave e seus motores quando em voo, em rolamento ou quando em permanência no solo, incluindo todos os seus componentes de fábrica, os acessórios e equipamentos afixados na sua estrutura

¹ Do Seguro R.E.T.A.: Conforme resolução nº 293 de 19 de novembro de 2013 da ANAC que estabelece os procedimentos relativos ao Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB e que dispõe as classes a serem cobertas como consta no Art. 100. " Cada aeronave deve possuir cobertura de seguro de responsabilidade civil nas classes a seguir, aplicáveis à sua configuração e operação: 1- Classe I – Passageiros e respectivas bagagens de mão; 2 - Classe II – Tripulantes; 3 - Classe III – Pessoas e bens no solo; 4 - Classe IV – Colisão ou abaloamento; e V - Classe V – Cargas e bagagens despachadas"



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

através de modificações homologadas e acessórios enquanto a bordo, devendo cobrir todos os riscos que possam causar danos à aeronave, abrangendo as seguintes coberturas adicionais:

- a) Responsabilidade por dano a pessoas;
- b) Transporte, como carga, de explosivos e/ou inflamáveis;
- c) Danos ocorridos quando a aeronave estiver em pouso, decolagem ou tentativa de realizá-los em lugares que não sejam pista preparada ou aeródromos ou aeroportos homologados ou registrados, ou fora do horário normal de operação de aeródromo, quando nas operações descritas no Objeto deste Termo de Referência ou em caso de emergência, independente de prévia autorização da autoridade aeronáutica ou do proprietário/inquilino e desde que o piloto em comando tenha apurado previamente as condições do local de pouso e tenha examinado o local por sobrevoo ou passagem imediatamente anterior ao pouso;
- d) Estando a aeronave em solo ficam incluídos, mas não somente, os danos causados por ação humana ou eventos da natureza como incêndio, raios, descargas elétricas, roubo, danos causados por animais, o vento ou granizo, quedas, desabamentos parciais ou totais do hangar ou choque com veículos não segurados ou outras aeronaves;
- e) Operação com ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós;
- f) Içamento de carga e/ou equipamentos e/ou pessoas (carga externa) - somente helicópteros;
- g) Ingestão de objetos estranhos nos motores ou turbinas;
- h) Inclusão no caso de atos de hostilidade (haja ou não guerra declarada), incluindo disparos de arma de fogo contra a aeronave ou qualquer detonação hostil que atinja a aeronave ou seus tripulantes e passageiros;
- i) Inclusão no caso de Guerra; Sequestro, Apreensão ilegal, Atos maliciosos, sabotagem e outros riscos correlatos;
- j) Inclusão no caso de Confisco,
- k) Cobertura para voos de traslado até Oficina de manutenção com programa de manutenção vencido ou Certificado de Aeronavegabilidade suspenso/cancelado desde que previamente autorizados pela Agência Nacional de Aviação Civil.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

2.3.2 Os riscos cobertos serão, até o Limite Máximo de Indenização fixado na apólice, acidentes/incidentes (por qualquer que seja a causa, exceto os consequentes dos riscos excluídos previstos nas Condições Contratuais específicas desta Apólice), atos danosos praticados por terceiros e despesas com socorro e salvamento da aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas.

2.4 - COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL A 2º RISCO DA GARANTIA RETA (LUC)

2.4.1 A contratação do seguro de Casco incluirá também a Responsabilidade Civil de 2º Risco ao R.E.T.A (LUC). pelo qual a CONTRATADA se obriga ao reembolso das indenizações que a CONTRATANTE vier a ser obrigada a pagar judicialmente ou assumir por acordo extra-judicial, por danos corporais e/ou materiais aos transportados e não transportados em excesso aos limites individualmente estabelecidos pelo seguro R.E.T.A. e pela legislação em vigor, sendo limite único combinado (LUC) para as classes 1/2/3/4.

2.4.2 O custo do seguro do Limite Único Combinado (LUC) para as classes 1/2/3/4 está acrescido ao custo do seguro Casco.

2.4.3 A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todas as importâncias que este seja legalmente responsável a pagar, como danos compensatórios (incluindo custas judiciais contra o Segurado) no que diz respeito à lesão corporal acidental (fatal ou não) e ao dano acidental à propriedade causado pela Aeronave ou por qualquer pessoa ou objeto envolvido na operação.

2.4.4 A seguradora reembolsará, até o Limite Máximo de Indenização fixado na Apólice, observando o previsto neste Termo de Referência, pelas importâncias que o Segurado for legalmente responsabilizado por sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela Seguradora, por escrito, referente às reparações de danos materiais e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

corporais decorrentes de acidente causado pela aeronave segurada, observados as condições contratuais do seguro e os riscos expressamente excluídos.

2.4.5 Tal garantia se estende aos empregados e prepostos da CONTRATANTE, bem como aos tripulantes técnicos.

2.4.6 A seguradora deverá cobrir a importância de R\$ 13.000.000,00 POR AERONAVE, que representa o limite máximo de indenização por acidente e sequências de acidentes, sendo o Limite Único Combinado (LUC) para as classes 1/2/3/4, haja vista, ser este valor o segurado ao longo do último contrato de seguro e que vem atendendo a demanda quando necessária.

2.4.7 Considerando o limite de valor previsto acima caberá à CONTRATANTE a definição da sua destinação caso sobrevenha sinistro à aeronave, sendo vedado constar qualquer tipo de sub-limite ao LUC na apólice.

2.4.8 Qualquer acordo judicial ou extrajudicial com terceiros deverá ter como parte interessada a CONTRATADA, que dará sua anuência dentro dos limites e valores previstos na apólice, mas não terá a palavra final sobre a distribuição de valores.

2.4.9 A contratação do seguro de LUC incluirá cobertura específica para danos pessoais que independente da responsabilidade civil legal, obriga a CONTRATADA a pagar em nome do Segurado, a pedido do Segurado, benefícios como os declarados abaixo, para ou em benefício de cada tripulante, que sofra danos corporais causados por acidente aéreo em consequência da posse, manutenção ou uso da aeronave.

2.4.10 Considera-se “Tripulação” qualquer pessoa, como o piloto em comando, co-piloto, tripulante operacional, mecânico, engenheiro de voo, que esteja a bordo da aeronave, com o propósito de auxiliar na operação da aeronave.



2.5- DA FRANQUIA

2.5.1 A Franquia para cada aeronave será de 3,5% (três e meio por cento) do “valor unitário da aeronave” previsto no Anexo 1 para helicópteros com os rotores girando.

2.5.2 Haverá dedução de franquia em caso de perda total PARA AERONAVES DE ASAS ROTATIVAS.

2.5.6 Em caso de acidente ou incidente em solo com rotores/motores parados a franquia será reduzida a 0,5% (meio por cento) do “valor unitário da aeronave” previsto no Anexo 1 para todo e qualquer sinistro.

2.6 – DA PERDA TOTAL

2.6.1 Considera-se “perda total” o sinistro cujos prejuízos e despesas indenizáveis importem, no mínimo, em 75% (setenta e cinco por cento) do “valor unitário da aeronave” disposto no Anexo 1.

2.6.2 Em qualquer hipótese, a obrigação da Seguradora no caso de perda total é limitada ao valor da importância declarada para a aeronave no Anexo 1.

2.6.3 As aeronaves, visando a reposição do patrimônio público estadual com agilidade e nas melhores condições possíveis, foram avaliadas de acordo com o índice internacional conhecido como “Aircraft Blue Book”.

2.7- DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DAS AERONAVES

2.7.1 Consta no Anexo 1 ao Termo de Referência, a especificação técnica das aeronaves, que serão atendidas pelo Contrato a ser celebrado, esclarecendo, porém, que a relação poderá ser alterada pela inclusão e/ou exclusão de outras aeronaves, dentro do prazo de vigência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

2.7.2 Caso haja exclusão de aeronave da frota por qualquer motivo, a mesma será removida da apólice, bem como o custo de seu prêmio, cabendo ressarcimento à CONTRATANTE dos valores já pagos relativos ao seguro dela, contados *pro-rata die*, observadas as normas legais vigentes, em especial a Lei federal nº8.666/93.

3-DA VISTORIA TÉCNICA PRELIMINAR

3.1 É facultado aos licitantes comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

3.2 A licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munida de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, elaborada de acordo com o modelo previsto no Edital, devendo o representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, e solicitar a assinatura do servidor do órgão licitante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

3.3 A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolve não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, deverá apresentar a Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual, elaborada de acordo com o modelo do Edital, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

3.4 O agendamento para a realização da visita física para a realização de vistoria técnica poderá ser feito através dos seguintes telefones: (21) 2334-6782 (21) 2334-6783 e (21) 2334-6778 - CONTATO MAJ ERIKA DELARMELINA ou pelo e-mail erk.saoa@gmail.com, para as aeronaves do SAOA, PCERJ e CBMERJ. Para as aeronaves do Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar (GAM-PMERJ), através dos telefones (21) 2717-7314 e (21) 2717-6285 - CONTATO MAJ DIEGO **SENNA**, AIADE e CAP **CRISTIANO** SOUZA DA SILVA, em dias úteis nos horários de 09h00minh as 12h00minh e de 13h00minh as 16h00minh. As visitas físicas para a realização de vistoria técnica deverão ser agendadas isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SUBSECRETARIA MILITAR DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FONTE: 100

PROGRAMA DE TRABALHO: 2106.06.781.0059. 2039

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR: R\$ 12.450.000,00

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES

FONTE: 100

PROGRAMA DE TRABALHO: 2961.10.302.0149.2894

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR: R\$ 1.050.000,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

5- ESTIMATIVA DE CUSTOS

5.1 A estimativa de custo do período de cobertura, objeto do presente Termo de referência é de R\$ 13.500.000,00. ((Treze milhões e quinhentos mil reais).

6- DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;

6.2 Atestar as Notas Fiscais;

6.3 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;

6.4 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

6.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7- DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATADA**:

7.1 Cumprir o objeto deste Termo de Referência no prazo nele estabelecido ou na sua proposta, se nesta constar prazo inferior;

7.2 Cumprir o objeto do presente Termo de Referência nas especificações contidas no Edital da licitação;

7.3 Atender prontamente às exigências do Governo do Estado, inerentes ao objeto da licitação;

7.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

7.5 Informar qual o valor individual do custo de seguro de cada aeronave da frota, de forma que se possa individualizar tais custos para fins de composição do custo da hora de voo e demais análises internas da CONTRATANTE;

7.6 Incluir nos certificados de cobertura bem como na apólice das aeronaves seguradas um número de telefone com serviço de atendimento 24 horas por dia, sete dias da semana, para acionamento em caso de sinistro;

7.7 Executar reparos nas aeronaves constantes deste Termo de Referência decorrentes de processo de sinistro aeronáutico obrigatoriamente por oficina homologada junto à ANAC em empresa com a qual o CONTRATANTE mantenha contrato específico de manutenção aeronáutica ou fornecimento de peças, excetuando os casos em que haja consentimento expresso do segurado.

8- DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

8.1 Toda a documentação relativa a habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeiro e à regularidade fiscal e trabalhista, previstas no Edital do certame.

8.2 Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, Inciso 5, Artigo 27 da Lei 8.666 / 93.

8.3 Declaração de Inexistência de Penalidade, informando que não está impossibilitada de contratar com a administração pública, nos termos do art. 87, III da Lei 8.666/93.

8.4 Certidão emitida eletronicamente pela SUSEP (com até 24 horas de antecedência), que comprove a regularidade do licitante e certifique que a empresa não se encontra sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial, fiscalização extraordinária e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

SUSEP, podendo a critério do Pregoeiro, no momento da entrega da documentação, realizar consulta "on line" ao órgão, a fim de verificar se houve alteração nas informações apresentadas.

8.5 Em caso de resseguro, apresentar comprovação de realização de resseguro junto à empresa autorizada pela SUSEP, a atuar no Brasil, onde fique claro estar a licitante com o resseguro realizado junto à instituição, com vistas à capacidade técnica e apoio de cobertura para o objeto constante do termo de referência.

8.6 Atestado de Capacidade Técnica de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que comprove prestação de serviço de seguro aeronáutico na modalidade CASCO, LUC e RETA, através de contratação, emitido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória de serviços.

8.7 A Empresa deverá manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a referida contratação.

9- DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A Comissão de Fiscalização e a Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas exercerão a fiscalização permanente do cumprimento do Contrato e sobre o serviço prestado, atentando principalmente para as normas e procedimentos objeto desta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas.

9.2 A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos, por escrito e no prazo determinado, sempre que solicitado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças da Subsecretaria Militar, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e/ou pela Comissão de Fiscalização e/ou pela Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas, se for o caso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

9.3 Na documentação de habilitação, a contratada deverá indicar o endereço, para que a Subsecretaria Militar da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico possa, por meio da Comissão de Fiscalização e da SAOA /SSMCC, fiscalizar o cumprimento do contrato e a execução na prestação do serviço, objeto do presente termo.

10- DO PRAZO E DO PERÍMETRO DE COBERTURA DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência do presente contrato será de (doze) meses, a partir 24 horas do dia 12 de novembro de 2018 até às 24 horas do dia 12 de novembro de 2019 e, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, podendo ter sua duração prorrogada por sucessivos e iguais períodos, limitados a 60 meses, nos termos da Lei 8.666/93, desde que o preço praticado e as condições contratuais sejam vantajosas para o contratante, vedando-se a alteração de seu objeto salvo quanto ao rol quantitativo de aeronaves cobertas pelo seguro.

11- DA RELAÇÃO DOS PILOTOS

11.1 Encontra-se nos Anexos 2, 3, 4 e 5 ao presente Termo de Referência, a relação de pilotos com mais de 500 horas de voo, haja visto, ser prática da aviação o pré-requisito de 500 horas mínimas de experiência para o cargo de Comando, a fim de ser menos oneroso os custos do seguro aeronáutico, esclarecendo, porém, que a relação poderá ser alterada pela inclusão de outros pilotos, que preencham o requisito supracitado, dentro do prazo de vigência do Contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria Militar

12- DA RELAÇÃO DE SINISTRALIDADE DA FROTA DE AERONAVES

12.1 Encontra-se no Anexo 6 ao presente Termo de Referência, a relação de sinistralidade da frota de helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos últimos 05 (cinco) anos.

Rio de Janeiro, de de 2018.

JOEL DE OLIVEIRA SUHETT FILHO
Tenente Coronel PM
ID Funcional 2019964-3

LUCIA DAMIANA DE SOUZA BARBOSA
1º Tenente PM
ID Funcional nº 889111-7

JOÃO LUIZ TORRES
Inspetor de Polícia
ID Funcional nº 1959775-4

DE ACORDO:

MARCOS CESAR DA COSTA OLIVEIRA – Cel PM
Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas / SSMCC
ID Funcional nº 2026354-6